

AVISO E DECLARAÇÃO DE PRIVACIDADE

Eu, abaixo assinado

Nome: _____;

Nome de solteira da mãe: _____;

Endereço: _____

Número de telefone: _____;

como cliente candidato a emprego ou outro titular de dados¹,

ao fazer esta declaração, o cliente candidato a emprego ou outro titular de dados autoriza que os seus dados pessoais sejam processados para os serviços prestados pela agência de emprego, considerando que o processamento acima mencionado é necessário para a execução do contrato de agência, cujo outorgante é o titular dos dados.

Ao fazer esta declaração, o cliente candidato a emprego ou outro titular de dados declara que os seus dados pessoais foram disponibilizados à Empresa, como responsável pelo tratamento (por enquanto responsável pelo tratamento, com o consentimento do titular dos dados/quando os dados pessoais não foram obtidos do titular dos dados) no momento do fornecimento de informações para fazer esta declaração ou após este período.

Ao fazer esta declaração, o cliente candidato a emprego ou outro titular de dados declara estrita e irrevogavelmente que recebeu as informações prévias abaixo mencionadas da pessoa que atua em representação da AGISANTÉ Healthcare Recruitment KFT., como responsável pelo tratamento, no dia abaixo indicado. Assim, foi cumprida de forma integral a obrigação de fornecer informações sobre a transmissão de dados. O titular dos dados regista tal indicação.

O cliente candidato a emprego ou outro titular de dados declara, sob sua exclusiva responsabilidade, que os dados fornecidos são verdadeiros e que aceita o conteúdo do Regulamento de Processamento e Proteção de Dados da AGISANTÉ Healthcare Recruitment KFT., em vigor no momento desta declaração e publicado no site (*www.agisante.com*) da instituição.

Desta forma, declaro que obtive todas as informações sobre a transmissão e processamento de dados, com base na minha autorização concedida de livre vontade, e que as compreendi e as aceitei.

..... (local) (data)

¹ Sublinhar a opção aplicável.

INFORMAÇÃO

QUANDO OS DADOS PESSOAIS NÃO SÃO RECOLHIDOS JUNTO DO TITULAR

(ARTIGO 14 DO RGPD)

Relativamente ao artigo 14, n.º 1, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho Europeu, de 27 de abril de 2016, que versa sobre a proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e que revoga a Diretiva 95/46/CE (regulamento geral de proteção de dados), o responsável pelo tratamento desde já notifica o candidato a emprego e outros titulares de dados do seguinte:

- A identidade e os dados de contacto do responsável pelo tratamento:
 - o AGISANTÉ Healthcare Recruitment Kft.
 - o Sede: HU-1027 Budapest, Fő utca 80. 2. em. 9/A.
 - o Registro Comercial n.º: 01-09-945133
 - o Registro Empresarial O registo foi feito pelo seguinte Tribunal: Fővárosi Törvényszék Cégbírósága
 - o Número de contribuinte nacional: 22928131-2-4
 - o Telefone: +36 1 3022680 o Fax: +36 1 2240389 o E-mail: info@agisante.com

- A identidade e os dados de contato do representante do responsável pelo tratamento:
 - o Guillaume Marie Daniel Bernard, diretor administrativo

- A finalidade do tratamento a que se destinam os dados pessoais, bem como a base jurídica para o tratamento:
 - o fornecer serviços de agência de emprego e manter contacto com o titular dos dados;
 - o autorizou de livre e espontânea vontade, nos termos à alínea a) do artigo 6 (1) do GDPR e a alínea a) do artigo 5 (1) da Lei CXII de 2011 sobre Autodeterminação Informacional e Liberdade de Informação ("Lei de Privacidade Húngara");

- Destinatários ou categorias de destinatários dos dados pessoais: dados pessoais que não se insiram numa categoria específica.

- Informações sobre o facto de o responsável pelo tratamento pretender transferir dados pessoais para outro país ou organização internacional:

- O período durante o qual os dados serão armazenados:

- Os dados dos candidatos a emprego e os documentos que contêm tais dados serão armazenados pelo responsável pelo tratamento durante, no máximo, um período de dez anos após a sua receção, se o candidato a emprego solicitar por meio de um pedido expresso, por escrito, com o objetivo de obter informações sobre vagas de emprego do responsável pelo tratamento durante esse período. Se o candidato a emprego não o solicitar ou se o recusar explicitamente, o responsável pelo tratamento irá excluir os dados do candidato a emprego da sua base de dados e irá destruir todos os documentos o mais rápido possível depois de o responsável pelo tratamento ter fornecido os serviços de dados ao empregador para concluir contratos de trabalho com o candidato a emprego. Antes do final desse mesmo período de dez anos, o responsável pelo tratamento deve solicitar a autorização dos candidatos ao emprego para o processamento de dados, conforme indicado previamente. Se os candidatos a emprego não fizerem qualquer declaração ou se se opuserem expressamente a ela, o responsável pelo tratamento deve excluir os dados desses candidatos a emprego e destruir os seus documentos com a maior celeridade possível.
- O responsável pelo tratamento de dados apagará os dados dos outros parceiros contratantes de pessoas singulares e destruir imediatamente os seus documentos se o responsável pelo tratamento não precisar deles para a sua atividade ou se o parceiro tiver dado expressamente o seu consentimento para um período de conservação de dez anos, após o termo desse período de conservação de dez anos, o mais rapidamente possível. Antes do final deste período de dez anos, se necessário, caso haja uma decisão no sentido de prorrogar tal parceria, este acordo deve conter a autorização do parceiro para o processamento de dados por um período máximo de dez anos;
- Em consonância com a legislação fiscal e contabilística, todos os dados (nome e endereço dos clientes ou de quaisquer outras pessoas que efetuem qualquer pagamento, o valor pago e a data) registados em documentos contabilísticos serão processados e armazenados pelo responsável pelo tratamento até o termo de um período de oito anos a partir da data do registo do documento contabilístico, nos termos ao artigo 169, alínea 2 da Lei Húngara n.º. C de 2000 sobre contabilidade. Os dados referidos previamente devem ser enviados à Autoridade Tributária húngara (Nemzeti Adó- és Vámhivatal). Tais documentos contabilísticos e os dados neles contidos devem ser destruídos e apagados após o termo deste período de oito anos, com a maior celeridade possível (exceto no caso acima mencionado, quando o cliente ou o parceiro solicitar o processamento dos seus dados para o período e objetivo acima mencionados);

- Os direitos dos candidatos a emprego e de outros titulares de dados relativos ao processamento de dados: o candidato a emprego e outro titular de dados têm o direito de solicitar ao responsável pelo tratamento aceder, retificar ou eliminar os dados pessoais ou restringir o processamento relativo ao titular dos dados ou de se opor ao seu tratamento, bem como de exercer o direito à portabilidade dos

dados. Mais informações poderão ser consultadas no site do responsável pelo tratamento (www.agisante.com);

- A informação sobre a aplicabilidade do direito de retirar o seu consentimento em qualquer momento, sem afetar a licitude do tratamento dos dados com base no consentimento previamente dado, caso o tratamento tenha por base o artigo 6, n.º 1, alínea a), ou no artigo 9, n.º 2, alínea a): o candidato a emprego ou outro titular de dados tem o direito de retirar o seu consentimento para o tratamento de dados em qualquer momento, apesar de ter dado o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais para uma ou mais finalidades específicas ou para a aprovação do tratamento de dados pessoais especiais para uma ou mais finalidades específicas. Neste caso, o responsável pelo tratamento deve apagar imediatamente os dados pessoais da base de dados;

- O direito de apresentar uma reclamação à autoridade de controlo competente: sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, qualquer candidato a emprego ou qualquer titular de dados tem o direito de apresentar uma queixa a uma autoridade de controlo, em especial no Estado-Membro da sua residência habitual, local de trabalho ou local da alegada infração, se o titular dos dados em causa considerar que o tratamento de dados pessoais que lhe digam respeito infringiu a legislação em vigor. Na Hungria, a autoridade competente é Nemzeti Adatvédelmi és Információszabadság Hatóság (sede: H-1125 Budapest, Szilágyi Erzsébet fasor 22/C);

- Se a comunicação de dados pessoais constitui ou não uma obrigação legal ou contratual, ou um requisito necessário para celebrar um contrato, bem como se o titular estiver obrigado a fornecer os dados pessoais e as eventuais consequências de não fornecer esses dados: por um lado, a comunicação de dados pessoais é voluntária e, por outro, é indispensável para o cumprimento do contrato de prestação de serviços por parte do agente, porque esta é a única maneira de obter informações sobre as qualificações e a base de conhecimento profissional do candidato a emprego.

- A existência de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis, referida no artigo 22.º, n.ºs 1 e 4, e, pelo menos nesses casos, informações úteis relativas à lógica subjacente, bem como a importância e as consequências previstas de tal tratamento para o titular dos dados: o responsável pelo tratamento não utiliza esse método.

- A origem dos dados pessoais e, eventualmente, se provêm de fontes acessíveis ao público;